



**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM
SERVIÇOS DE SAÚDE - CICGSS**

**INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2024-SES/GO
PROCESSO: 202400010038028**

BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o
nº 50.351.626/0001-10, com sede na Avenida São Paulo, nº
340, Vila Brasil, Cesário Lange, CEP. 18.285-000, por sua
procuradora credenciada, vem à ilibada presença desta r.
Comissão, nos termos do artigo 24, VIII da Lei nº 13.019/14
e item 11 do edital de chamamento público apresentar
RECURSO ADMINISTRATIVO em face da decisão da Comissão
Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde, pelos
motivos de fato e de direito a seguir

1. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O prazo assinalado para apresentação do
recurso contra a decisão da r. Comissão, de acordo com o
item 11 do edital são de **03 (três) dias úteis**, ou seja,
contado da publicação no portal do Estado de Goiás,
referente à fase de projetos, ocorrida no dia 10 de
fevereiro p.p., o prazo para apresentação do recurso
encerrar-se-á em 13 de fevereiro.



Portanto, tempestivo o presente recurso.

2. DA DECISÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO e RAZÕES DE INCONFORMISMO

2.1. BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE

Da atenta leitura do resultado preliminar e da matriz de avaliação, houve por bem a Comissão apontar sobre a **Proposta de manual de protocolos assistenciais**:

"A Organização apresenta como fazer um manual, porém o requisito pede para apresentar a proposta de um Manual de protocolos Assistenciais conforme o perfil da Unidade de Saúde."

Porém, não houve vislumbre do projeto apresentado pela organização social, já que os itens indicados como faltantes estão contemplados nas **páginas 226 a 235**.

Ao final do item 3.3.1, os protocolos estão apresentados em Anexo 11 e esta citação consta da página 235.

Após, a r. Comissão mencionou sobre a **Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde**:



"A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe na proposta de constituição desta comissão sobre os membros, também exigidos para a composição de nota."

Ocorre que os itens foram amplamente demonstrados nas **páginas 377 a 383**.

O texto introdutório, na página 377, indica que a comissão a ser criada terá como finalidade atuar na unidade de forma estruturada e organizada, em conformidade com a legislação vigente, com base em um plano de gerenciamento voltado à preservação da saúde pública e do meio ambiente.

Já no Capítulo III Da Composição, localizado à página 379-380, descreve quais membros comporão a referida comissão. Assim, para fins de obtenção de acréscimo na pontuação, é possível sustentar que o Regimento aprofunda os elementos do item 4.1.8.

Também, sobre a **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)**, a r. Comissão alegou:

"A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe na proposta de constituição desta



comissão sobre os membros, também exigidos para a composição de nota.”

Porém, os itens não pontuados estão nas **páginas 412 a 417**, no Capítulo II Da Composição, descrito nas páginas 412-413, ao longo de 6 artigos.

Quanto a **Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)**, a r. Comissão atribuiu a pontuação de 0,4 pontos de 0,5 a esta entidade, porém não mencionou os motivos e razões que a basearam para este entendido.

Ou seja, a r. Comissão não cumpriu com o dever de fundamentar toda e qualquer decisão, já que o critério fora corretamente apresentado nas páginas 417 a 429 e devendo ser pontuado em patamares máximos.

Sobre o **Proposta de desenvolvimento de ações de ouvidoria vinculada à SES, com pesquisa de satisfação**, o apontamento diz:

“O Setor de Ouvidoria atua como um canal institucional e estratégico. A proposta deve primar pela criação de um canal de comunicação eficiente entre os usuários e o Sistema Único de Saúde (SUS) no estado, com o objetivo de receber, classificar e resolver demandas como reclamações, sugestões e elogios. Entende-se que deve



ser oportunizado diferentes canais de atendimento, como telefone, e-mail e formulário eletrônico, além do SAU, caixa de sugestões e pesquisa de satisfação. O item exige a pesquisa de satisfação que tenha vinculação com a Secretaria de Estado de Saúde, traz a pesquisa, mas não atribui conexão com a SES neste item em questão.”

Diferentemente, o projeto apresentado pela BHCL dispõe sobre os itens não pontuados nas **páginas 525 a 533**

Especificamente o texto apresentado, na página 525, permite, para fins de argumentação recursal, destacar que os usuários poderão se manifestar por meio da Ouvidoria da SES/GO.

Além disso, o telefone da Ouvidoria de Goiânia-GO e o link para manifestações via internet serão disponibilizados em cartazes ou outras formas de comunicação visual nas unidades, juntamente com informações sobre a ouvidoria local, para conhecimento dos usuários. Adicionalmente, o texto especifica que os prazos de resposta serão estabelecidos em conjunto com a SES/GO.

Dessa forma, há uma divulgação e uma articulação implícita na proposta que visam garantir a vinculação adequada das informações. Nesse sentido, podemos argumentar, dentro dos limites do raciocínio, que essa



abordagem reflete a intenção de assegurar a efetividade do processo e uma vinculação com a SES/GO de atuação.

Sobre o critério da **Proposta de formas de acolhimento para os usuários e acompanhantes durante o período de atendimento na unidade, especialmente quando residentes em localidade diversa, assim como para os colaboradores** houve a menção:

"A proposta traz informações importantes para o item, mas quando menciona a possibilidade de ação para a policlínica uma prática de "gestão porta aberta", que contradiz com o perfil da Unidade."

Os itens não pontuados estão nas **páginas 533 a 545.**

Conforme solicitado no próprio item do edital, a proposta de acolhimento abrange não apenas os usuários e acompanhantes, mas também os colaboradores (destaque no título).

O texto em questão aborda com completude as formas de acolhimento, e quando há a referência à "gestão porta aberta", está no seguinte tópico: "Outras ações que a BHCL pratica, e que também fazem parte do acolher o profissional e que serão aplicadas na Policlínica Estadual:", e neste caso, "gestão porta aberta" faz parte



de uma política de encorajar os profissionais a se comunicarem abertamente com suas lideranças. Tal conceito faz parte da política de RH, e é amplamente divulgada em meios de comunicação.

Do mesmo modo, sobre a **Política de Recursos Humanos: Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações:**

"Apresentada a Proposta de Desenvolvimento Humano que cita a pesquisa de Clima Organizacional sem detalhamento como formulários de pesquisa, como se dará a comunicação e nem cronograma de realização da pesquisa. Também não houve detalhamento do plano de Desenvolvimento do trabalhador nem das lideranças. Não foi descrito sobre o uso das informações desta pesquisa, quanto ao plano de trabalho envolvendo capacitação, PDI ou PDL. Planos de desenvolvimento Individual e de Lideranças nem um cronograma de treinamento."

Mas, os itens indicados como faltantes estão nas **páginas 661 a 678 do projeto apresentado por esta OSS.**

O texto apresentado, da página 662 à página 680, permite, para fins de argumentação recursal, destacar



o plano de capacitação dos líderes (Centro de treinamento de líderes - CTL) e dos colaboradores, bem como trata do desenvolvimento pessoal e profissional, e à página 667, o texto aborda o PDI.

Referente à Pesquisa de Clima Organizacional, o texto inicia na página 667, e aborda os itens citados nos apontamentos, e inclui, inclusive, as ações de melhorias previstas.

Ainda sobre a pesquisa de clima, conforme abordado no texto, será realizada uma vez ao ano, e no nosso entendimento, diante da informação explícita, não é necessário o cronograma. O projeto para desenvolvimento do trabalhador inicia-se na página 665, detalhado em 3 eixos, que inclui clima organizacional, treinamento e capacitação e retenção de talentos. O Cronograma de Treinamentos está apresentado na página 714.

Portanto, demonstra-se que a r. Comissão deixou de atribuir pontos importantes para a Beneficência Hospitalar de Cesário Lange.

A entidade comprovou os critérios de pontuação exigidos, não havendo, portanto, razões para a manutenção de sua pontuação.



A manutenção da pontuação e posterior classificação constitui-se em descompasso com o instrumento convocatório e a lei de licitações.

3. DO REQUERIMENTO

Ex positi, requer se digne esta inclita comissão de licitações o recebimento do apelo, seu processamento e acatamento, nos termos da fundamentação.

Não sendo esse o entendimento desta r. Comissão, o que se admite apenas por argumentação, requer, a imediata remessa à autoridade superior, por medida da mais lúdima Justiça!

Cesário Lange/SP, 13 de fevereiro de 2025.

(assinado digitalmente)




BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
DEBORAH MENDES RIBEIRO CAPOVILLA
PROCURADORA CREDENCIADA

Página de assinaturas



Deborah Capovilla
460.075.918-40
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|--|
| 13 fev 2025
15:07:53 |  | Aline de Oliveira Lourenço criou este documento. (Email: zlbadvogados@gmail.com, CPF: 303.389.888-23) |
| 13 fev 2025
15:13:28 |  | Deborah Mendes Ribeiro Capovilla (Email: deborahribeiro@adv.oabsp.org.br, CPF: 460.075.918-40) visualizou este documento por meio do IP 200.205.205.74 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil |
| 13 fev 2025
15:13:28 |  | Deborah Mendes Ribeiro Capovilla (Email: deborahribeiro@adv.oabsp.org.br, CPF: 460.075.918-40) assinou este documento por meio do IP 200.205.205.74 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil |

